ATA DA 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – ANO 2018

1-Data, Hora, Local: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de 2018 (dois mil e dezoito), as 13:30 (treze e trinta) horas, na Sala dos Conselhos Municipais de Agudos do Sul, situada na Rua José Bencz, nº 24, Centro, nesta cidade de Agudos do Sul, no Estado do Paraná. **2-Convocação:** Conselheiros do Conselho Municipal de Educação - CME. **3-Presenças:** 21 (vinte e uma) pessoas conforme registros na Lista de Presença do CME. **4-Composição da Mesa:** Instalada a Assembleia foram eleitos para compor a mesa, como Presidente, o Conselheiro Mario Daltro Londero da Silva, e como Secretária, Maria Sebastiana Mielke da Rocha. **5-Ordem do Dia:** a) Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária de 28 de março – Leitura, Discussão e Aprovação; b) Brasil no PISA 2015 – Como foi o desempenho dos alunos brasileiros? C) Uso da tecnologia na segurança das Escolas e no Transporte Escolar; d) Transporte Escolar - Uso do Cinto de Segurança – Legislação Vigente; e) Plano Municipal de Educação – Como está a reformulação do PME?; f) Assuntos Gerais; g) Local, Data e Horário da próxima Reunião Ordinária. **6-Deliberação:** Dando início aos trabalhos, o Presidente saudou a todos e iniciou a reunião solicitando à Secretária Maria Mielke que procedesse com a leitura da Ata da Assembleia Geral Ordinária do CME de 28 de março de 2018. Após a leitura da Ata, a mesma foi discutida e aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente mostrou os dados da avaliação dos estudantes do Brasil no PISA 2015. O PISA é um Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, realizado a cada 03 anos, desde o ano 2000, para alunos que cursam, a partir do 7º Ano do Ensino Fundamental, com idade entre 15 anos e 03 meses (completos) à 16 anos e 02 meses (completos). O objetivo do PISA é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar as políticas de melhoria do Ensino Básico. No PISA 2015 participaram 23.141 alunos de 841 escolas do Brasil (Escolas Municipais, Estaduais, Federais e Particulares). Nessa avaliação foi observado que o Brasil está estacionado há dez anos entre os países com pior desempenho. O PISA 2015 mediu o conhecimento dos estudantes de 70 (setenta) países em Leitura, Ciências e Matemática. Nestas três áreas (Leitura, Ciências e Matemática) a média dos estudantes brasileiros ficou abaixo da média obtida pelos 70 (setenta) países participantes. A seguir o Presidente disponibilizou, aos conselheiros e aos professores presentes, diversas questões aplicadas no PISA nas áreas de Leitura, Ciências e Matemática, para que estas mesmas questões possam ser utilizadas, pela Rede Estadual de Ensino de Agudos do Sul, para avaliação de seus alunos com 15 e 16 anos, a partir do 7º Ano do Ensino Fundamental. Em seguida o Presidente mostrou uma matéria, que foi exposta por um jornal de circulação da região, informando que tem ônibus escolar de Agudos do Sul transitando a 100 km/hora, proporcionando assim, um grande risco aos passageiros pois a maioria dos veículos não tem cinto de segurança. A seguir, o Presidente apresentou um vídeo sobre a instalação de câmeras de vigilância em escolas e nos ônibus escolares da cidade de Caieiras, Estado de São Paulo, com o objetivo de proteger o patrimônio público das escolas e também inibir a violência e atos de vandalismo. Assim, após ampla discussão, os Conselheiros sugeriram que, para a próxima licitação do Transporte Escolar no município de Agudos do Sul, a licitação seja feita para veículos com câmeras de vigilância instaladas e com monitor, podendo dessa forma inibir ações negativas e vandalismos dentro dos veículos escolares. A seguir, foi apresentado pelo Presidente um vídeo mostrando diversos acidentes e as consequências resultantes para as pessoas dentro dos veículos sem o uso do cinto de segurança. Com a palavra o Conselheiro Luiz Tolfo, que também é coordenador do Transporte Escolar, falou que o problema do Transporte Escolar de Agudos do Sul está nos "caroneiros" e questionou como um ônibus escolar, com tantos "caroneiros", pode exigir

que os alunos utilizem o cinto de segurança, se muitas vezes, nem os próprios alunos cabem no veículo por excesso de lotação. Com a palavra o Presidente mostrou a legislação vigente sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança pelos alunos nos ônibus escolares iniciando pelo Item VI do Artigo 136 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) que diz que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular com cintos de segurança em número igual à lotação. A seguir, o Presidente mostrou o Artigo 137 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB diz que a autorização a que se refere o Artigo 136 deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante. Na sequência, o Presidente mostrou o Item 7.4 (Normas Adicionais) do Plano de Transporte Escolar (PTE), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que determina a proibição do transporte de alunos em pé ou com lotação maior que o permitido por lei. O Presidente também mostrou o Item 9.2 do Plano de Transporte Escolar (PTE) aonde constam as responsabilidades pertinentes aos Condutores/Monitores, que diz, entre outras, o seguinte: *"Estar atento ao que ocorre no interior do veículo, providenciando os devidos cuidados quanto a situações como alunos em pé, algazarra, comportamentos inseguros, não utilização dos cintos de segurança etc."*. O Presidente prosseguiu alertando que toda a população do município de Agudos do Sul tem direito ao Transporte Público de acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil e que o Transporte Escolar de Agudos do Sul não deveria estar sendo utilizado para o cumprimento deste direito constitucional do cidadão brasileiro. Com a palavra a representante da Prefeitura Municipal Emanuelli Guerrilha falou que a população não tem condições de se locomover sem utilizar o Transporte Escolar, devido a extensão do Município ser muito grande e todas as atividades estarem concentradas na área central do município. Com a palavra a Conselheira Marilda Remígio Vaz falou das diversas tentativas que já foram feitas, na gestão anterior, para que os veículos fossem apenas dos alunos; porém tudo inútil, pois a população se nega a usar o transporte coletivo, que na época, fora colocado à disposição da população. Com a palavra o Conselheiro Luiz Tolfo falou de casos em que os motoristas tentam agir de acordo com a legislação vigente, mas são barrados por autoridades (fala no caso de um Vereador), que recebem as reclamações dos "caroneiros" e passam a cobrar dos motoristas o transporte dos "caroneiros" nos ônibus escolares. O Conselheiro Luiz Tolfo também informou que os ônibus escolares do município de Agudos do Sul estão com a documentação e vistorias de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e que faltam apenas alguns cintos de segurança que são cortados pelos alunos. Finalmente o Conselheiro Luiz Tolfo reforçou a solicitação da presença do "monitor" no Transporte Escolar, pois os motoristas precisam cuidar da direção e não tem como controlar os atos de violência e vandalismo que são praticados por "caroneiros" e alunos nos ônibus escolares. Passando para a pauta de Assuntos Gerais, o Presidente questionou o Vereador Jessé Zollner, Presidente da Câmara Municipal de Agudos do Sul, sobre a demora da aprovação de um Projeto de Lei, sobre a reformulação do Plano Municipal de Educação, que foi encaminhada ao Poder Legislativo em novembro de 2017. O Presidente informou também da necessidade da Lei Municipal de aprovação da reformulação do Plano Municipal de Educação para dar início aos trabalhos de monitoramento e avaliação do referido Plano Municipal de Educação. Com a palavra o Vereador Jessé Zollner informou que na próxima semana o Projeto de Lei de reformulação do Plano Municipal de Educação deverá ser discutido e votado, em primeiro turno, pelos vereadores da Câmara Municipal de Agudos do Sul. Com a palavra, a Conselheira Tutelar Eva Tumiski comentou sobre os documentos recebidos da Secretaria Municipal de Educação sobre as irregularidades no Transporte Escolar e informou que os mesmos já foram enviados ao Ministério Público para conhecimento. A Conselheira Tutelar Eva comentou que conversou recentemente com a Promotoria sobre este assunto e que está esperando, para muito breve, a resposta da Promotoria acerca das irregularidades no Transporte Escolar do

município de Agudos do Sul. A Conselheira Tutelar Eva enfatizou que o município precisa disponibilizar Transporte Público, independente do Transporte Escolar, para atender toda a população do município de Agudos do Sul. Ainda com a palavra, a Conselheira Tutelar Eva informou que houveram diversas reclamações de mães de alunos da Pré-Escola no Conselho Tutelar, de que professoras e estagiárias, que descem dos ônibus ou encontram-se no pátio da escola, não têm ajudado no desembarque dos alunos dos ônibus escolares ou não os têm recebido no pátio da Pré-Escola. A Conselheira Tutelar Eva questionou se os servidores municipais não podem fazer esse serviço enquanto não é contratado um monitor para auxiliar no desembarque, com segurança, dos alunos da Pré-Escola. Com a palavra, a Conselheira Sirlei Foggiatto informou que está sendo realizado o processo para contratação de monitores para os ônibus escolares do município e que posteriormente, também será exigida a presença de monitor nos ônibus escolares terceirizados. A Conselheira Sirlei Foggiatto enfatizou que as pessoas que virão a desenvolver a atividade de monitor em ônibus escolar deverão ter idade mínima de 21 anos, responsabilidade e postura condizente ao serviço. Na sequência, a Conselheira Tutelar Eva apresentou uma foto de um velocímetro marcando 90 km/h e um vídeo, de um ônibus escolar que estava em alta velocidade, que foi realizado por um aluno do município de Agudos do Sul. Com a palavra a Conselheira Tutelar Eva informou que o Conselho Tutelar está aguardando uma determinação do Ministério Público com relação às irregularidades existente no Transporte Escolar de Agudos do Sul. Com a palavra o Presidente da Câmara Municipal Jessé sugeriu que seja realizada uma Audiência Pública, junto a Promotoria e o Poder Legislativo, para que a população seja conscientizada das irregularidades atualmente existentes no Transporte Escolar do município de Agudos do Sul. Com a palavra a Conselheira Luciana Pires sugeriu que o CME acompanhe as licitações que acontecem para contratação de serviço terceirizado no Transporte Escolar. Também relativo ao PISA 2015 que foi apresentado e discutido no início da reunião, a Conselheira Luciana Pires informou que os professores de matemática das escolas do Município e o colégio Estadual já se reuniram para discutir ideias para que os alunos desta disciplina tenham mais rendimentos. Com a palavra a Conselheira Sirlei Foggiatto informou sobre o projeto que está sendo desenvolvido junto a Secretaria Municipal de Educação para realizar o reforço escolar com a ajuda voluntária da professora Nadir, que já foi docente nos Estados Unidos e que hoje reside no interior do município. Por fim, o Presidente divulgou aos presentes a data, hora e local da próxima reunião ordinária do CME que acontecerá na data de 30 (trinta) de maio de 2018 às 13h30min, na Sala dos Conselhos Municipais. **7-Conclusão:** Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada pelos presentes, vai assinada pelo Presidente da Mesa, Conselheiro Mario Daltro Londero da Silva e pela Secretária Maria Sebastiana Mielke da Rocha.

Mario Daltro Londero da Silva
Presidente

Maria Sebastiana Mielke da Rocha
Secretária